

Amanda Paes

Carolina Silva Nogueira

Cecília Palau

Clara Chaves

Daniel Maia

Guilherme da Luz

Irene do Planalto Chemin

Isabella Alves de Sousa

Júlia Vivas

Mariana Moreno

Stefan Klein

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 17: Teorias e métodos: Como fazer do ensino de sociologia um campo de pesquisas?

Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia

Belém, Pará

2021

## Introdução<sup>1</sup>

O nosso texto propõe uma reflexão a respeito das condicionantes que envolvem a atividade de pesquisa ligada, em particular, ao ensino de Sociologia na educação básica. Desse modo, cabe situar, inicialmente, que nos apoiamos sobre a pesquisa concebida e realizada ao longo do ano de 2020, no contexto de constatação e disseminação da pandemia de COVID-19. O grupo de pesquisadoras/es estava congregado em torno da ação de extensão intitulada *Ciências Sociais nas Escolas* (CiSo), que vem sendo realizada sistematicamente desde o ano de 2017 e foi institucionalizada como ação de extensão na Universidade de Brasília (UnB) no final de 2019. As estudantes encontram-se vinculadas ao curso de Ciências Sociais, sobretudo à Licenciatura em Ciências Sociais, sendo o coordenador professor do Departamento de Sociologia. O deslocamento das atividades letivas para o ensino remoto passou a colocar um desafio que decidimos investigar criticamente, tomando por base a articulação do famoso tripé ensino, pesquisa e extensão, estruturante da concepção de universidade no Brasil.

Incentivadas por uma chamada pública da UnB, conforme será mais detalhado abaixo, propusemos, então, a pesquisa *Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia*, que buscou tanto pensar maneiras de contribuir junto à Rede Pública de Educação Básica no que diz respeito ao ensino remoto quanto, simultaneamente, obter dados das/os estudantes da Rede, a fim de fundamentar essas reflexões e práticas sociológicas. O trabalho ensejou uma miríade de resultados, que também abordaremos mais pormenorizadamente ao longo deste texto, e acabou por constituir um exercício ímpar no que concerne a lidar com o tripé supramencionado.

Desse ponto de vista destaca-se, desde já, que a investigação foi concebida enquanto um projeto de pesquisa-extensão, o que detalharemos melhor abaixo, isto é, não simplesmente emergiu de uma ação de extensão como, ainda, previu formas concretas de interação com o mundo extra-acadêmico, particularmente com o ensino médio da rede pública de educação no Distrito Federal. Ao longo de sua realização é que, de maneira mais ativa, também foi possível criar pontes com o ensino o qual, por sua vez, acabou também trazendo questões para as reuniões e análises dos dados.

---

<sup>1</sup> A pesquisa que deu origem a este artigo contou com apoio financeiro do Decanato de Pesquisa e Inovação e do Decanato de Extensão da UnB (Edital COPEI-DPI/DEX N° 01/2020) e do Departamento de Sociologia da UnB.

O texto a seguir encontra-se estruturado em três principais momentos. Primeiramente, delineamos os aspectos teórico-metodológicos que orientaram o desenho e a realização da pesquisa, conferindo destaque aos diferentes momentos, estímulos e percalços que marcaram toda a atividade. Reconstruímos, assim, em detalhes o percurso de planejamento e execução, levantando dificuldades e apontando limitações da pesquisa ligada ao ensino de sociologia, além de articular, quando cabível, os referenciais teóricos que nos inspiraram. Em seguida trazemos uma pequena amostra de alguns dos resultados que o questionário aplicado por nós obteve, estabelecendo vínculos envolvendo a prática educativa e de pesquisa. O artigo conclui elaborando, de maneira concisa, considerações que entendemos dialogarem com os objetivos do grupo de trabalho e que esperamos, assim, poderem ajudar pesquisa futuras.

### **Fazendo pesquisa *com e na* sociologia**

Nesta seção buscaremos expor as diretrizes teórico-metodológicas que orientaram o nosso trabalho e detalhar os procedimentos de elaboração do questionário, incluindo as diferentes estratégias – tanto as bem-sucedidas quanto as que não obtiveram êxito – às quais recorreremos a fim de fazer o instrumento de coleta de dados (virtual) chegar ao nosso universo de potenciais respondentes. Cabe frisar como o detalhamento a seguir deve-se, em grande medida, aos objetivos do GT e, igualmente, por entendermos que pode contribuir para outros grupos interessados em avançar a técnica de *survey* de maneira remota, uma tendência que já ganhava corpo antes do atual contexto de isolamento social forçado.

A concepção do projeto ancorou-se sobre três elementos principais, articulados de maneira complementar. Primeiramente, o estímulo à imaginação sociológica, conforme fora concebida por Charles Wright Mills (1969), que a pensava enquanto uma forma de colocar em contato e pensar a relação de história e biografia, das questões e dos problemas. Essa referência deu-se em virtude da ideia de que, ainda que estivéssemos diante de uma crise de saúde pública, além de impactar a sociedade como um todo – o que, por si só, já demandaria investigações e interpretações oriundas das ciências sociais –, a maneira de lidar com ela também foi marcadamente condicionada por fatores que configuram aspectos estabelecidos da pesquisa sociológica como, para citar apenas um, as profundas desigualdades sociais que influenciaram o modo de poder se proteger contra o contágio e de arcar com os efeitos que as medidas de mitigação e enfrentamento exigiram. Considerou-se, portanto, que haveria amplo espaço e condições para uma reflexão de caráter sociológico acerca do momento.

Nesse sentido, é sempre importante lembrar que o próprio Wright Mills já chamava atenção para o fato de que decidiu nomeá-la *imaginação sociológica* em virtude de ter sido formado na disciplina e ser ela a prática reflexiva a respeito da qual se sentia legitimado a falar, mas que ela poderia igualmente receber o nome de imaginação antropológica, política, etc. Tal aspecto fala bastante à composição de nosso grupo: se o docente coordenador tem uma trajetória razoavelmente ‘linear’ na sociologia, ainda que tenha se graduado com o amplo diploma das ciências sociais, a organização do bacharelado na UnB apresenta, já há muitos anos, possibilidades distantes, permitindo a opção pela Antropologia ou pela Sociologia, além da Licenciatura em Ciências Sociais, sendo que o grupo é composto de pessoas interessadas por ao menos uma dentre essas opções<sup>2</sup>. Entendemos que essa configuração decerto também contribuiu nos caminhos tomados pela reflexão, na medida em que se articularam o interesse por buscar dados quantitativos e por algum grau de representatividade com o reconhecimento da experiência individual, de um caráter etnográfico, que acompanha a prática extensionista, a qual se pauta muito mais por elementos qualitativos do que quantitativos.

Em segundo lugar – e elencamos as perspectivas teórico-metodológicas sem nenhuma ordem hierárquica – podemos destacar o aporte de Michel Thiollent (1986) acerca da pesquisa-ação. É importante reconhecermos, desde já, que as limitações impostas acabaram por nos impedir de colocar em prática de maneira completa as diretrizes delineadas por ele, ou seja, nem todos os momentos da pesquisa puderam ser debatidos com a comunidade, de modo que ainda ficou marcada uma separação sujeito-objeto de pesquisa. Não obstante, desde o início buscamos nos pautar por formas de receber interrogações, questionamentos, bem como estímulos para pensar os próximos momentos da investigação, o que não impediu que o primado do objeto acabasse se impondo em diversos momentos.

Dito de outra maneira, tomamos a concepção de pesquisa-ação, sobretudo, enquanto um chamado para aproximar sujeitos e objetos da pesquisa ou, melhor dizendo, para tentar, da melhor maneira possível, borrar essas fronteiras, pressupondo que as experiências as quais eram particulares dos indivíduos precisariam guiar nossa reflexão intelectual. Uma das maneiras encontradas de fazê-lo foi ter um campo em nosso questionário o qual fosse aberto para que as/os estudantes respondentes pudessem expressar as suas sugestões e críticas, além

---

<sup>2</sup> A Universidade de Brasília permite a dupla diplomação, isto é, estudantes ingressantes em ciências sociais que concluem uma das habilitações podem se diplomar numa segunda, sendo possível qualquer uma dentre as combinações do curso: Bacharelado em Ciências Sociais; Bacharelado em Antropologia; Bacharelado em Sociologia e Licenciatura em Ciências Sociais.

de explicitamente perguntarmos quais assuntos ou temas gostaríamos que fossem levados às salas de aula (ainda que remotas) nesse contexto específico.

Finalmente, porém não menos importante, a reflexão crítica de bell hooks (2013) envolvendo uma metodologia pedagógica transgressora, também pautou nossa prática intelectual, que extrapolou os muros do espaço acadêmico. E isso vale tanto para a maneira como concebemos algumas das formas de atuação de nosso trabalho extensionista quanto, igualmente, no que diz respeito à prática de pesquisa ‘interna’ ao grupo. Partilhamos, assim, o pressuposto dela quando afirma: "Mas o entusiasmo pelas ideias não é suficiente para criar um processo de aprendizado empolgante. Na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros" (hooks, 2013: 17). Articulado a esse entusiasmo devem estar a valorização e o cuidado responsável a respeito das contribuições discentes, partindo dos conhecimentos e experiências escolares e extraescolares das próprias estudantes para a organização dos conteúdos e sequências didáticas por parte das professoras, num sentido crítico à educação bancária que, denunciada por Paulo Freire (1983: 70-71), é retomada por hooks (2013: 57) no movimento de distanciar-se do consumo passivo e “abraçar” o multiculturalismo em sala de aula. Esses valores importantes da prática pedagógica nos levaram a pensar em planos de aula a partir das respostas das estudantes e da análise de dados do questionário aplicado.

#### *Percursos e técnicas da pesquisa*

A construção do questionário foi baseada na Pesquisa Social realizada em maio de 2020 pela Universidade de Brasília (UnB). Aquela pesquisa buscou traçar o perfil socioeconômico da comunidade acadêmica, incluindo professores, alunos de graduação e de pós-graduação e servidores técnicos, a fim de planejar a retomada das aulas de maneira remota após a interrupção devido a pandemia de COVID-19. Ao longo do processo, os objetivos da nossa investigação foram concebidos em outros termos: o questionário seria aplicado às/aos alunas/os depois que as aulas da educação básica do ensino público do Distrito Federal, em especial, as do ensino médio, já houvessem sido retomadas de maneira remota. Dessa forma, desejávamos entender de que maneira estava funcionando a dinâmica de ensino remoto, na educação básica, a partir do ponto de vista das estudantes e como suas necessidades e anseios contribuiriam para nossa pesquisa-ação.

Adaptamos, então, as questões do questionário da pesquisa social da UnB para a realidade da educação básica pública no DF, excluindo questões que não cabiam em nosso objetivo, acrescentando outras, além de criarmos uma seção relacionada à pesquisa-ação com o intuito de colher contribuições das respondentes para as próximas etapas e tentar driblar os obstáculos estabelecidos pela realização totalmente virtual do projeto. A versão final do questionário ficou pronta em julho de 2020 com 43 perguntas divididas em 6 sessões: Identificação, Perfil Demográfico e Socioeconômico; Saúde; Tecnologias e Ambiente para Estudo/Trabalho fora da Escola; Uso de Tecnologia da Informação; e Conhecimentos e Dúvidas sobre o Contexto Social da Pandemia. Foi realizado um pré-teste com público-alvo semelhante ao da pesquisa, após o qual efetuamos alguns pequenos ajustes em perguntas que foi relatado dificuldade de entendimento ou dubiedade na resposta. A partir do pré-teste foi possível estimar o tempo para a resposta do questionário em 10 minutos. Com a aplicação efetiva do questionário, a ferramenta de coleta de dados indicou o tempo médio de 13 minutos para o preenchimento total do questionário.

Optamos por utilizar a plataforma *Microsoft Teams* uma vez que foi a plataforma escolhida pela Universidade de Brasília para uso de pacotes e serviços. Com acordo fechado em 2019 referente à migração do e-mail institucional de docentes, técnicos e discentes, no ano de 2020 foi divulgado e incentivado à comunidade científica o uso da plataforma para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso posto, com o uso comum do *Teams*, o CiSo criou uma equipe para a realização de atividades e, com a aprovação do projeto de pesquisa, a equipe pesquisadora criou igualmente uma equipe para a realização da mesma. O *Teams* fornece a funcionalidade de formulário, já com alguns recursos integrados que nos pareceram mais vantajosos quando comparados a outros serviços online gratuitos aos quais tínhamos acesso.

Quanto ao formato, pensando em alcançar maior número de participantes na pesquisa e incluir aquelas pessoas com acesso limitado à internet, avaliamos a possibilidade de as perguntas serem feitas via *chat* do aplicativo *WhatsApp*. Apesar de promissora, a proposta se mostrou inviável devido à complexidade de se veicular um questionário por meio de uma rede social que não foi pensada com esse propósito primário. Algumas soluções para o impasse foram desenhadas, a saber, por exemplo, a utilização de um número comercial para envio do questionário àquelas/es que não teriam um pacote de dados de internet suficiente para que se pudesse responder ao mesmo. Em grande parte, essa alternativa foi pensada visto a recém divulgada, à época, pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal

(SINPRO DF)<sup>3</sup>, constatando que mais de 120 mil estudantes da escola pública do DF não conseguiriam participar das aulas na modalidade de Educação à Distância (EAD), implementada pela Secretaria de Educação (SEEDF). As/os estudantes que não possuíssem acesso à internet, seriam contempladas/os com a entrega de materiais didáticos de apoio impresso. Cabe mencionar que foi pensada a distribuição de *chips* com uma certa quantidade de dados móveis às/estudantes, por iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF) e da SEEDF, contudo, até o presente momento, a proposta não foi realmente efetivada. O que efetivamente se ofereceu foram contratos com algumas das principais operadoras para que os dados consumidos pelo aplicativo criado para o acesso às plataformas das aulas online fossem pagos por meio desse acordo. Evidentemente, isso supunha que as/os alunas/os já tivessem ao menos um dispositivo e o respectivo chip de conexão com a internet<sup>4</sup>. Às/aos docentes foi fornecido um pacote de dados para postagem e realização de aulas online.

Ademais da utilização de um número comercial para veiculação do questionário, o mesmo foi repensado para que pudesse ser respondido em um formato que atendesse às especificações de uma conversa via *WhatsApp*, ou seja, a/o respondente “preencheria” o questionário respondendo a cada nova pergunta enviada pelo grupo. Apesar dessa – e outras – possibilidade pensada para se contornar a não acessibilidade de uma quantidade expressiva do universo de estudantes do DF à internet, o uso do *WhatsApp* não foi posto em prática por limitações tecnológicas e de pessoal existentes em nosso grupo, ao se tratar de um conjunto de estudantes/pesquisadoras que trabalham de forma voluntária no desenvolvimento da pesquisa, de forma que, não contávamos com um ‘arsenal’ suficiente de recursos a serem aplicados. Isso posto, dentre as respostas obtidas, desde o início tínhamos alguma previsão de que não conseguiríamos alcançar aquelas/es estudantes que pouco ou nenhum acesso teriam à internet. Como estávamos nos primeiros meses de pandemia e isolamento social, ainda contávamos com a expectativa de podermos entregar o questionário impresso às escolas para que pudessem ser enviados às estudantes, ou que, caso as aulas fossem retomadas presencialmente (conforme as várias – e repetidamente frustradas – investidas do GDF), poderíamos aplicar os questionários presencialmente.

---

<sup>3</sup> SINPRO-DF - Mais de 120 mil estudantes da escola pública do DF não conseguem acessar a EAD, junho 2020 <<https://www.sinprodf.org.br/mais-de-100-mil-estudantes-da-escola-publica-do-df-nao-conseguem-ter-acesso-a-ead/>>

<sup>4</sup> Para mais detalhes a respeito dos acordos entre o Governo do Distrito Federal e as operadoras de telefonia móvel, cf. <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/10/06/df-tem-terceiro-contrato-de-internet-movel/>>. Último acesso em: 03 de junho de 2021.

Iniciamos a divulgação do questionário e coleta de dados em julho. Houve um primeiro momento com uma quantidade razoável de respostas em algumas poucas semanas, evidentemente impulsionadas pelo contato ‘pessoal’ (mesmo que remoto) com as escolas de atuação do projeto de extensão, professoras/es e estudantes já conhecidos. Esgotado esse movimento, observou-se uma quantidade globalmente baixa de respondentes, com uma queda significativa na manutenção de respostas adicionais a partir de julho e, novamente, após adentrarmos o mês de agosto. Como referência, tivemos 282 respostas em 5 dias; terminando julho com 377 respostas, e durante todo o mês de agosto foram acrescentadas apenas outras 106 para, finalmente, somando os meses de setembro e outubro haver tão somente mais 20 respostas. A mudança brusca de julho para agosto, então, nos levou a dedicar esforços no sentido de aproximarmos-nos da maior quantidade possível de escolas.

Para tanto, buscamos os e-mails institucionais<sup>5</sup> das diretorias escolares, assim como os telefones das secretarias, e passamos a realizar contatos pontuais para alcançar a rede administrativa de cada escola de forma que o questionário pudesse ser repassado às/aos estudantes do ensino médio, que, conforme acabamos por observar, tiveram pouco efeito. Aqui, não nos foi possível averiguar com certeza se o relativo insucesso foi devido a outras prioridades das coordenações/diretorias, considerando que o momento em que tentamos realizar contato foi durante o período inicial de implementação do ensino à distância<sup>6</sup>, ou se, antes, tratou-se de desinteresse pela iniciativa – sem contar que, obviamente, o acúmulo dos dois fatores pode ter sido decisivo diante das condições tão peculiares que se apresentaram.

Outro momento de uma ‘onda’ de respostas deve-se ao contato, por meio das redes sociais, com perfis que, à época, acreditávamos que tinham proximidade com as estudantes do ensino médio público no DF. Dentre os contatados estavam figuras políticas que mantêm diálogo com a juventude e com o movimento estudantil no Distrito, especialmente na periferia, perfis de estudantes e professores que se dedicam a postar dicas sobre vestibular, grêmios estudantis ou associações semelhantes das escolas e páginas que pareciam ser

---

<sup>5</sup> Recolhidos por meio do portal da Secretaria de Educação do Distrito Federal <<http://www.educacao.df.gov.br/escolas/>>. Parte considerável dos e-mails, e alguns números de telefone, estavam desatualizados. Vale ressaltar que tentamos contato com todas as 91 escolas públicas que ofertam o ensino médio listadas no site da SEEDF.

<sup>6</sup> Nesse momento, era recorrente a presença nos noticiários locais de escolas anunciando às famílias e às/aos estudantes que entrassem em contato com a mesma. Isso ocorria em especial pois havia dificuldades para conseguir estabelecer contatos com uma parcela das/os alunas/os e pais, implicando o não acesso ao ensino. Para mais detalhes ver: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/22/dois-meses-apos-a-suspensao-de-aulas-presenciais-alunos-pais-e-professores-relatam-como-esta-a-educacao-durante-a-pandemia.ghtml>>. Último acesso em 03 de junho de 2021.

utilizadas como canal semi oficial de comunicação administrado pelas respectivas gestões escolares. O contato foi feito de forma espontânea, através do perfil do CiSo do *Instagram* a partir de mensagem padrão que explicava os objetivos da pesquisa, o público alvo e incluía o *link* do questionário. A impressão que tivemos é que a presença de um grêmio escolar ativo e atuante nas redes sociais (organizações compostas e geridas propriamente por estudantes), aliada a algum tipo de proximidade ou vínculo direto às/aos estudantes, mostrou maior repercussão com retorno de respostas ao questionário do que os casos em que a divulgação vinha de um indivíduo externo ao grupo de estudantes.

As páginas administradas pelas estudantes da rede pública demonstravam ainda maior interesse sobre o projeto, reagindo ou respondendo às mensagens enviadas, do que os demais contatados, refletindo o entusiasmo dos jovens estudantes sobre as questões que dizem respeito à própria educação e a potencialidade da pesquisa-ação envolvendo as secundaristas. Cientes de que grande parte do nosso público-respondente, estudantes do Ensino Médio, utiliza as redes sociais, também realizamos uma ampla divulgação do questionário por meio do *Facebook* e, principalmente, do *Instagram*, utilizando a conta do Ciências Sociais nas Escolas. Afora o contato com os grêmios estudantis, enviamos o questionário por meio de mensagens particulares a estudantes com as/os quais já havíamos trabalhado.

Durante o período de 5 a 12 de agosto realizamos um impulsionamento pago da publicação de divulgação do questionário nas redes sociais. A plataforma nos permitiu organizar o público alvo em idade, gênero, local e interesses, mapeados através de palavras chave. Selecionamos as opções que direcionariam a publicação tanto para adolescentes, o grupo focal da pesquisa, quanto para trabalhadores da educação. Desta forma o impulsionamento abrangeu pessoas de 13 (idade mínima permitida) a 65 anos de qualquer gênero e que estivessem num raio de 0 a 51km do centro de Brasília, distância máxima permitida. As palavras chave serviram como estratégia para filtrar e especificar o público de interesse. Foram alcançadas 632 pessoas, porém nenhuma delas estava dentro da faixa etária de maior interesse, 13 a 17 anos. Apesar do alcance não ter sido satisfatório, durante este período obtivemos 64 respostas válidas no questionário, as quais avaliamos terem sido fruto da soma de esforços colocados na divulgação.

Já no fim de setembro, realizamos um sorteio de livros para atrair visibilidade ao questionário, porém, este não surtiu muito efeito, o que pode ser observado com o baixo número de respostas no referente período. Ao final de nossas iniciativas, optamos por encerrar a coleta de respostas, obtendo 552 respondentes e destas, 502 válidas, de um total de pouco

menos de 80 mil estudantes no Ensino Médio Público do DF (SEEDF, s.d.). Posteriormente, em discussões internas ao grupo, percebemos que seria efetivo ter uma pergunta onde a respondente indicasse como teve acesso ao questionário, com vistas a saber quais esforços e estratégias de divulgação foram mais eficazes.

### **Aspectos quanti e qualitativos da nossa prática intelectual**

Nesta seção são apresentados e discutidos alguns dos amplos resultados aos quais chegamos. Ela encontra-se dividida em duas partes principais: inicialmente, trazemos uma breve apresentação a partir de alguns dos dados coletados com a aplicação do questionário. Ao final voltamos a refletir, de maneira um pouco mais detida, a respeito do conjunto de elementos que marcaram a nossa experiência de pesquisa coletiva. Obtivemos 502 respostas válidas, dentre 552 recebidas no total. A nossa análise perpassa três eixos principais em termos dos tipos de dados, sendo que, no âmbito deste texto, privilegiaremos o eixo (i) perfil demográfico e socioeconômico das respondentes. Limitar-nos-emos a tão somente indicar o escopo dos outros dois eixos: (ii) das condições de estudo e o uso de tecnologia entre as respondentes; e (iii) de dados de saúde e dos cuidados necessários durante uma pandemia.

#### *Sobrevoos de alguns dados da nossa amostra*

A subseção *Perfil Demográfico e Socioeconômico* corresponde às perguntas 2 a 18 do questionário, e tem como objetivo principal caracterizar o perfil das/os respondentes da pesquisa. Haja vista o espaço limitado e a extensão do questionário elaborado pela equipe, selecionamos 7 das 16 perguntas das seções de *identificação* e *perfil demográfico e socioeconômico* que julgamos pertinentes às discussões aqui propostas.

Do total de 502 respostas válidas, tivemos uma maioria de respostas de estudantes cursando o 3º ano do ensino médio (199 respostas), seguidos pelo 2º ano (165) e o 1º ano (138). Quanto ao gênero, 72% se identificaram no gênero feminino, 27% no gênero masculino e 1% se identificaram como não-binário. Acerca da questão que abordava raça/etnia, obtivemos uma maioria de 236 respondentes que se autodeclararam enquanto pardos, seguidos por 156 respondentes que se autodeclararam brancos e 91 respondentes que se autodeclararam pretos. Ademais, tivemos 9 participantes autodeclarados amarelos e 6

autodeclarados indígenas. Ressaltamos que optamos por seguir o padrão IBGE de autodeclaração de raça/etnia, com opção de inserção de “outros”, como resposta aberta<sup>7</sup>.

A partir dos esforços de coleta, conseguimos respostas de 58 escolas diferentes, e destas excluimos as que não seguem orientações da Secretaria de Educação do DF, de forma que trabalhamos com o universo de 49 escolas da rede pública do Distrito Federal, correspondendo a praticamente metade do total de 99 escolas que ofertam o ensino médio. Dentre as 49 escolas da rede pública, essas estão localizadas nas seguintes Regiões Administrativas (RAs): Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Itapoã, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga. Devido à opção de mantermos o preenchimento da escola da/o respondente como resposta aberta (com referência de modelo resposta para preenchimento), tivemos 18 respostas em que não foi possível identificar a qual escola se referia, por exemplo, apenas consta "CED", "CEM" ou "CEM 2", sem demais referências à especificação da escola<sup>8</sup>.

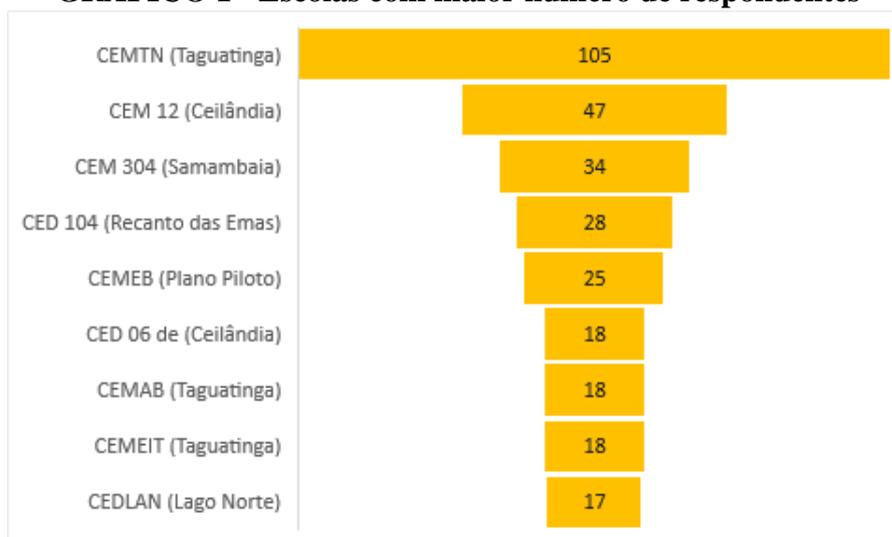
A Região Administrativa com mais escolas respondentes foi Taguatinga, com 6 escolas (CED 04 Taguatinga; CED 05 Taguatinga; CEM 03 Taguatinga; CEMEIT; CEMTN; CEMAB), seguida por Ceilândia com 5 escolas (CED 06 Ceilândia; CEM 02 Ceilândia; CEM 04 Ceilândia; CEM 09 Ceilândia; CEM 12 Ceilândia). Considerando a grande quantidade de escolas respondentes, mesmo que algumas tenham tido quantitativos bem maiores que outras, optamos por selecionar as instituições com maior número de respostas, de forma que a apresentação dos dados se apresentasse legivelmente.

---

<sup>7</sup> Na opção de respostas abertas, obtivemos uma pessoa que respondeu “negra” e outra que respondeu “F-35 Lighiting II”.

<sup>8</sup> A título de informação, as escolas públicas do Distrito Federal recebem nomenclatura a partir da oferta de ensino, numeração correspondente e Região Administrativa ao qual pertence. Ou seja, CED 04 Taguatinga é o Centro Educacional 04 de Taguatinga, que oferta todos os anos do ensino básico. O CEM 02 de Ceilândia, é o Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia, que oferta apenas o ensino médio. Há variações, como o CEMTN, que é o Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, porém, sempre seguindo a lógica de Centro de Ensino Médio, Centro de Ensino Fundamental ou Centro Educacional.

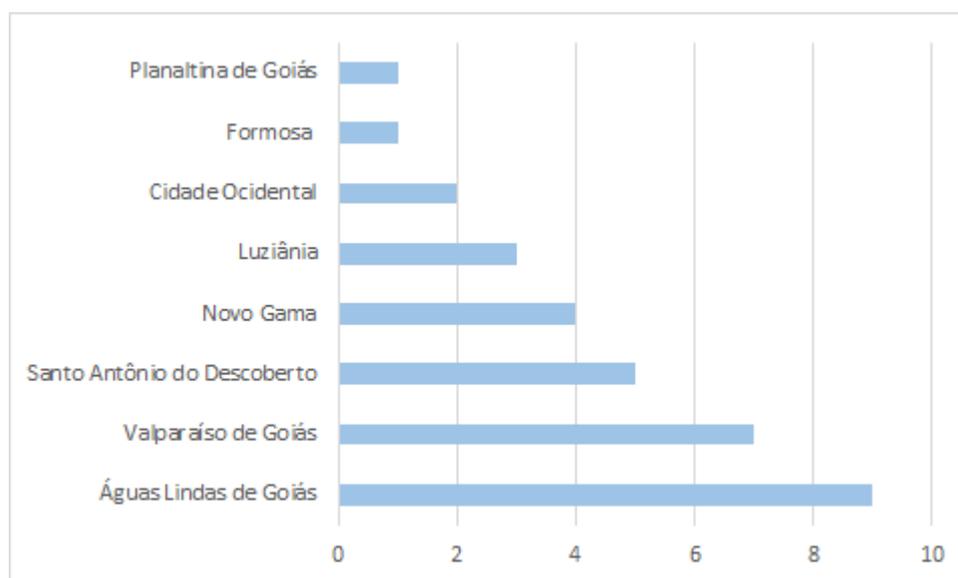
**GRÁFICO 1 - Escolas com maior número de respondentes**



Fonte: Elaboração das autoras

A escola com maior quantidade de respostas foi o Centro de Ensino Médio Taguatinga Norte, com 105 respostas. Dentre as 49 escolas públicas registradas, 11 delas contribuíram com apenas 1 resposta. As 9 escolas listadas no Gráfico 1 são as que tiveram o quantitativo mais expressivo de presença que as demais, contemplando 6 das 15 RAs presentes no universo das escolas constatadas. O CEMTN apresenta um quantitativo de respostas destoante do conjunto total, o que nos leva a acreditar que a divulgação interna do questionário entre as estudantes dessa escola teve alta adesão.

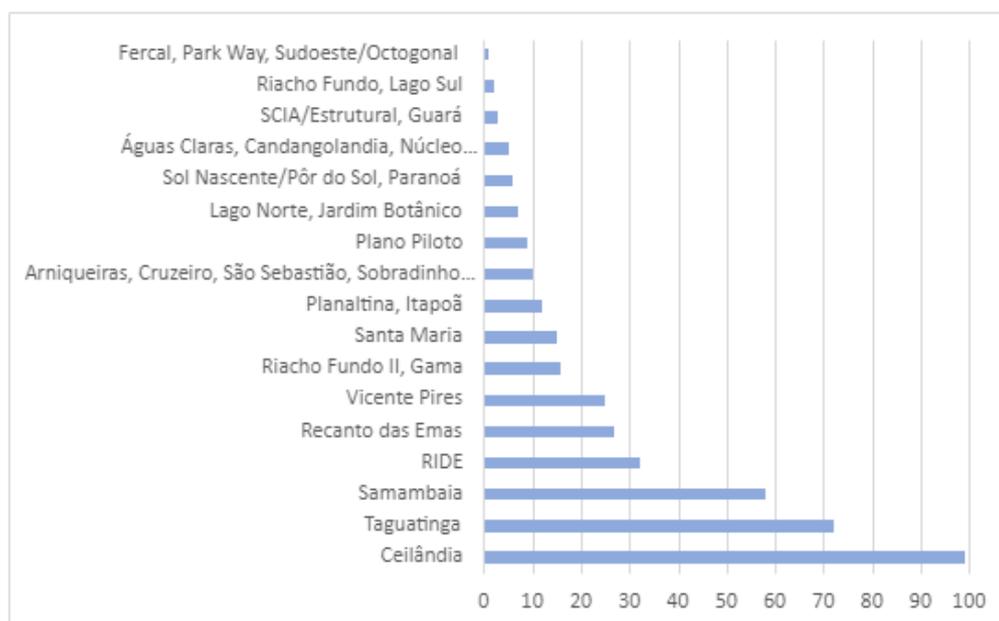
**GRÁFICO 2 – Local de moradia RIDE das/os estudantes respondentes**



Fonte: Elaboração das autoras

As perguntas 10 e 11 do questionário foram referentes ao local de moradia das respondentes, de maneira que, na pergunta 10, estavam presentes os locais pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)<sup>9</sup>, que se encontram na divisa do estado de Goiás com o Distrito Federal. Na pergunta 10 citamos nove municípios<sup>10</sup>, incluindo Brasília, e aquelas que a selecionassem como local de moradia, eram direcionadas para a pergunta 11, podendo assinalar a Região Administrativa<sup>11</sup> correspondente em que moram. Dos municípios presentes na pergunta de local de moradia, após Brasília – com 470 respostas –, Águas Lindas de Goiás segue como município mais mencionado, sendo Formosa e Planaltina de Goiás as com apenas uma resposta cada. O baixo número de respondentes nestas localidades pode ser interpretado a partir do foco do questionário ser direcionado apenas para estudantes matriculados em escolas do Distrito Federal, não excluindo a possibilidade de adolescentes residentes em Goiás estudarem no DF.

### GRÁFICO 3 - Região Administrativa de moradia das/os estudantes respondentes



Fonte: Elaboração das autoras

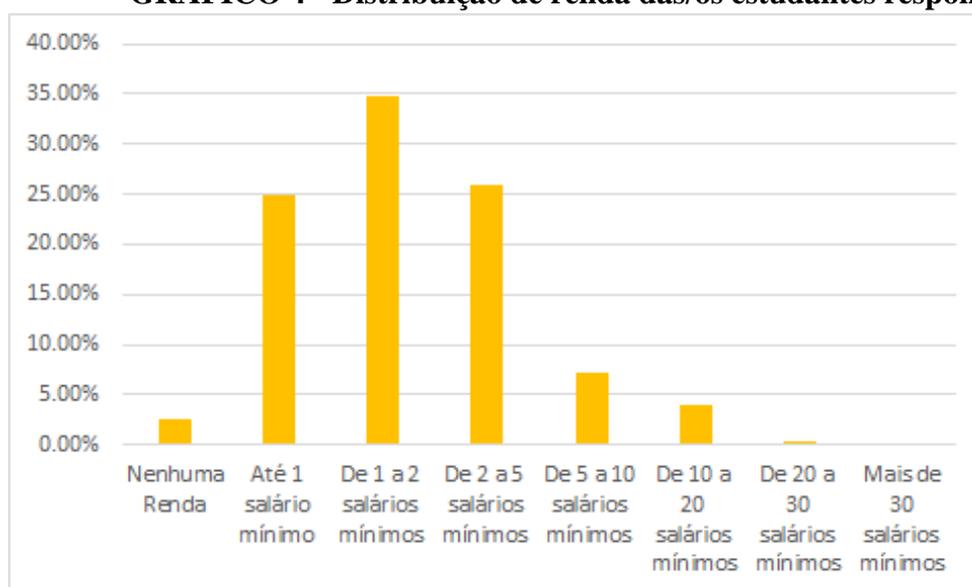
<sup>9</sup> Categoria econômica criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que abriga 33 municípios ao redor, e incluso, o Distrito Federal.

<sup>10</sup> A saber, Águas Lindas de Goiás; Brasília; Cidade Ocidental; Formosa; Luziânia; Novo Gama; Planaltina de Goiás; Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

<sup>11</sup> Atualmente, são 33 Regiões Administrativas no Distrito Federal <<https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>>.

Segundo a classificação da Codeplan para a PDAD de 2018 (cf. CODEPLAN), as três regiões com mais respondentes fazem parte da região oeste do DF, o que indica uma maior circulação do questionário nesta área. Além disso, segundo a pesquisa, são regiões com uma grande população absoluta. Ceilândia possui 432.927 habitantes, e renda per capita de R\$ 1.125,10. Já Taguatinga tem 205.670 habitantes, e renda per capita e R\$ 2.211,60. Samambaia, por sua vez, conta com 232.893 habitantes, e renda per capita de R\$ 997,10.

**GRÁFICO 4 - Distribuição de renda das/os estudantes respondentes**



**Fonte: Elaboração das autoras**

A pergunta 16 do questionário abrangia oito categorias de renda domiciliar total, tendo como base o salário mínimo do ano de 2020, que correspondia a R\$ 1.045,00. Cerca de 35% de respondentes têm renda domiciliar total de 1 a 2 salários mínimos, enquanto apenas 0,2% têm renda domiciliar total de mais de 30 salários mínimos. É interessante observar a faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos (25,9%) ser a precedente da faixa preponderante de 1 a 2, e seguida de até 1 salário mínimo (24,9%), com tímida diferença de pontos percentuais. Quanto às/aos respondentes que informaram não possuir nenhuma renda domiciliar total (2,59%), não foi possível averiguar se esse número se deu em virtude de desinformação por parte da/o respondente quanto à renda domiciliar ou se realmente são respondentes sem renda.

Brevemente mencionamos, ainda, que foi perguntado às respondentes se a pessoa ou alguém do domicílio recebe algum auxílio ou benefício social. Às que respondessem sim, era fornecida a opção de marcação para recebimento do Auxílio Emergencial, Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Alimentação, Programa Bolsa Família e/ou outros. Foram 153

respondentes (cerca de 30%) as/os que informaram receber algum auxílio/benefício social, sendo o Auxílio Emergencial o predominante, com 125 respostas (cerca de 81% do universo de respondentes que recebem auxílio/benefício).

Além dos aspectos delineados acima, também investigamos algumas das possibilidades, limitações e dificuldades das estudantes na transição para os estudos online conforme propostos pela Secretaria de Educação do DF no contexto da pandemia de COVID-19. O nosso foco se deu no acesso a dispositivos eletrônicos e à conexão de internet de qualidade que viabilizassem o acesso às aulas online, na disposição de local adequado para estudo no ambiente doméstico, na familiaridade com plataformas/ferramentas online (*Google Classroom, Zoom, Whatsapp, etc.*) e nas formas como foram estabelecidos os contatos entre escola e estudantes.

No que diz respeito à parte de saúde, o questionário buscou dar conta de aspectos ligados tanto ao contexto de saúde das respondentes – se possuíam seguro saúde, se viviam com pessoas portadoras de doenças crônicas ou com deficiência, etc. –, além de ainda abarcar os conhecimentos envolvendo as formas de contágio e de prevenção referentes à COVID-19. Também é importante salientar as perguntas relativas à ansiedade ou outros sinais de desgaste da saúde mental, na tentativa de obter uma ideia acerca dos efeitos do isolamento social e das incertezas do início da pandemia. Este desgaste foi confirmado por 65% das nossas respondentes.

Ademais, a parte final do questionário foi destinada a perguntas sobre os temas de interesse das alunas no momento de pandemia. 44% das respondentes não tinham interesse na abordagem, enquanto os outros 56% escolheram dentre uma lista de temas (Desigualdade Social, Mídias Sociais, *Fake News*, Acesso a Tecnologias, Violência Doméstica, Saúde Mental, Xenofobia), além de deixarmos um espaço em aberto caso a respondente desejasse incluir outros. Os três mais escolhidos, em ordem decrescente, foram: Saúde Mental, Desigualdade Social e Violência Doméstica. A partir desses interesses, elaboramos planos de aula com o intuito de serem ministrados nesse período de ensino remoto, sendo que essa elaboração levou em conta a possibilidade de serem utilizados também na modalidade presencial. Tentou-se recorrer a diferentes meios e mídias para aprimorar a interatividade com a/o aluna/o e, assim, aumentar os seus engajamento e interesse.

### *Desafios do fazer coletivo de pesquisa*

Entendemos que seja importante registrar a experiência e, com ela, certas dificuldades da produção de pesquisa coletiva, postas sobretudo pelo ambiente institucional. A equipe de extensionistas do projeto Ciências Sociais nas Escolas conta com cerca de 20 estudantes, e uma parcela razoável desse grupo se interessou e engajou nesta pesquisa: treze pessoas num primeiro momento, e dez delas deram continuidade ao trabalho ao longo de 2021. Isso nos proporcionou o desafio de aprender a organizar, concretamente, a concepção e a realização da pesquisa de maneira coletiva. Ainda que o pontapé inicial tenha vindo de uma sugestão docente, entendemos que houve significativa horizontalidade ao longo do processo, sobretudo quando chegou o momento de olhar para os resultados e pensar a partir deles. Dividimos, entre nós, as tarefas de contatar as escolas, seja por meio telefônico, e-mail ou redes sociais; pensamos, em amplas reuniões coletivas, nossas apresentações e resumos submetidos e, agora, redigimos a vinte mãos, alternando os momentos individuais e reuniões com toda a equipe, este texto para o ENASEB. O nosso diagnóstico, ao fim desse período, é que os ganhos – como os estímulos mútuos, a possibilidade de olhares distintos e perspectivas diversas, o próprio exercício de consensuar e navegar a diversidade de pontos-de-vista – em muito superaram as dificuldades, como encontrar dias e horários em que fosse possível ao grupo todo se reunir ou lidar com, dependendo de cada um dos momentos, a maior ou menor disponibilidade das pessoas.

Dito isso, outro obstáculo acabou se manifestando na ambiguidade dos esforços de publicização da pesquisa, a saber, o quão engessada se encontra a estrutura acadêmica no que tange ao exercício do trabalho científico coletivo – apesar de, frequentemente, haver um discurso que cobra a colaboração, projetos interinstitucionais, etc. Um dos primeiros momentos no qual apresentamos a proposta da pesquisa foi um *webinário* organizado pela UnB, cujo objetivo era precisamente veicular a diversidade de projetos que haviam sido submetidos como parte dos esforços da universidade de combate à pandemia. Ali, após alguma resistência, conseguimos que aceitassem a apresentação em três pessoas. Ou seja: de maneira bastante célere pudemos constatar que a prática de pesquisa colaborativa e coletiva encontra menos respaldo, nos espaços de divulgação e, sobretudo, de debate e crítica acadêmica quanto seria de se esperar.

E, mais recentemente, tivemos a ingrata surpresa de que o ENASEB limitava o total de autoras/es de um resumo ou oficina pedagógica a ser submetido a apenas 4 (quatro!) pessoas, colocando uma séria barreira à participação coletiva na publicização dos resultados e, em

alguma medida, desincentivando a pesquisa coletiva. Salientamos que insistimos, pelos mais diversos canais, na possibilidade de ampliação desse número de autoras/es, e em todos eles recebemos não categoricos e inegociáveis. Aqui se coloca, portanto, uma preocupação no que diz respeito às possibilidades e (des)incentivos para a pesquisa coletiva. É fato que, em grande parcela das ciências humanas, a autoria mostrou-se de caráter predominantemente individual ao longo da maior parte de sua história. Ainda assim, a pesquisa coletiva pode ser identificada em diversos momentos, conforme atestam, por exemplo, os estudos envolvendo a personalidade autoritária (ADORNO *et al.*, 1950) ou, igualmente, o que ficou conhecido por *Radio Research Project* (THE ROCKEFELLER FOUNDATION, 2021), financiado pela Fundação Rockefeller e sob a coordenação de Paul Lazarsfeld, ambos realizados na primeira metade do século XX. Observa-se, portanto, que a recusa a incorporar formas plurifacetadas de prática acadêmico-científica permanece bastante arraigada em nosso cotidiano, e optamos, assim, por dedicar o espaço anterior em nosso texto a essa discussão a fim de adentrar pormenores do *modus faciendi* de organização de nossas atividades.

### **Considerações finais**

Como tentamos expressar ao longo do texto, a nossa pesquisa configurou, portanto, dum lado o exercício de investigação e apreensão do contexto específico da pandemia do novo coronavírus e algumas de suas implicações – se temporárias ou permanentes ainda está por ser compreendido – políticas e sociais, e, particularmente, sobre os espaços e as práticas escolares. De outro, ela articula uma prática intelectual e sociológica diretamente relacionada ao ensino médio. No esteio desse pressuposto, pautamo-nos tanto pelas possibilidades quanto responsabilidades da aproximação e da atuação conjuntas entre a universidade e a educação básica públicas, no espírito de reflexões anteriores que entrelaçam as ciências sociais, a prática pedagógica e o engajamento intelectual (COLLINS, 2018) bem como formas de resistência as mais diversas (GONZALEZ, 2020).

Com base nos interesses trazidos pelas pessoas respondentes, elaboramos planos de aula para a disciplina de Sociologia adequados às especificidades do modelo de ensino remoto, mas que também colaboram para a inserção de ferramentas virtuais na modalidade presencial de ensino, quando este voltar a ser possível. Tais planos foram pensados como último resultado do projeto, de modo que os esforços de pesquisa retornassem à comunidade escolar. Tentamos utilizar diferentes plataformas, ferramentas e mídias para aprimorar a

interatividade e aumentar o engajamento no processo educativo, dialogando com os gostos e costumes das estudantes. A intenção inicial dos planos de aula era abordar os temas mais selecionados pelas/os estudantes no nosso questionário com o objetivo de contribuir para a compreensão de elementos sociológicos que se relacionam com a pandemia de COVID-19 – embora os planos não necessariamente abordem a pandemia de forma direta, mas algumas das dimensões sociais que ela envolve. Esta etapa do projeto ainda está em andamento, portanto ainda não testamos ou aplicamos os planos de aula em ações de extensão.

O contexto de distanciamento social, ocasionado pela pandemia da COVID-19, nos submeteu ao desafio de realizar uma pesquisa inteiramente virtual, o que rendeu uma série de aprendizados apesar de algumas limitações no que diz respeito à investigação e análise de dados. Por exemplo, uma pergunta sobre como cada respondente chegou ao questionário foi identificada pelo grupo como algo que teria colaborado no mapeamento das estratégias de divulgação que de fato funcionaram e quais foram os caminhos virtuais percorridos pelas respondentes. Ao mesmo tempo, nos esforçamos para pensar em procedimentos condizentes com as sociabilidades virtuais e, principalmente, com as formas de interação de jovens e adolescentes. Nesse sentido foram trazidas reflexões sobre as relações intergeracionais e suas consequências na prática pedagógica, científica e na interação entre a universidade e a escola, especialmente quando realizada num espaço virtual – que não é nem a escola e nem a universidade –, em que as relações hierárquicas são diluídas e a voluntariedade da participação na pesquisa se acentua.

Encaminhando-nos às últimas linhas de nossas considerações finais, gostaríamos de retomar as peculiaridades da pesquisa e autoria coletivas. Já destacamos anteriormente alguns dos percalços e das ambiguidades com as quais tivemos de lidar. Agora vamos brevemente nos dirigir a elementos que rodeiam a (dificuldade de) aceitação da autoria coletiva. Mesmo nesse tão curto período a pesquisa já produziu alguns resultados e repercussões palpáveis. Em momento anterior nos referimos à participação, em agosto de 2020, em *webinário* realizado pela UnB visando divulgar os esforços acadêmicos de enfrentamento da pandemia e de seus efeitos sobre as diversas facetas de nosso cotidiano. Para compensar, ao menos o resumo expandido da pesquisa, publicado na *Participação* (PAES *et al.*, 2020), pôde contemplar todas as autoras. Além disso, pouco tempo depois ainda fomos procuradas pela Secretaria de Comunicação da UnB para matéria a respeito do andamento e dos objetivos do trabalho (UnB Notícias, 2020), e conjuntamente lidamos com o conjunto de perguntas colocadas pela equipe. Por mais que tenha sido de grande valia, até mesmo para a auto-reflexão, terem nos concedido

essa oportunidade, cabe destacar que, mesmo tendo frisado diversas vezes a produção e autoria coletivas, as respostas ou afirmações citadas na matéria foram atribuídas ao docente e coordenador, e não à equipe de pesquisa.

Noutras palavras: a nossa experiência de transitar da feitura cotidiana da pesquisa e da extensão para conseguir apresentar e publicá-la de maneira coletiva enfrentou dificuldades, em alguns casos de ordem técnica, em outros evidentemente de escolhas ou certo nível de falta de compreensão quanto à efetividade e, talvez, realidade do trabalho coletivo. Pode-se concluir que o imaginário da pesquisadora solitária, em seu escritório ou laboratório, ainda é predominante, e isso mesmo entre pessoas oriundas do contexto acadêmico. Finalmente, outra observação relacionada a isso decorre das exigências de isolamento social da pandemia. De maneira paradoxal, o contexto de atuação remota nos obrigou a uma combinação inédita para a grande maioria de nós, isto é, um trabalho de bastante organicidade e com muito tempo de engajamento coletivo, no entanto sem encontros coletivos presenciais. Isto é: de fato, cada uma e cada um de nós estava em seu quarto, sala ou escritório, sem que nos encontrássemos, porém, levando a cabo atividades que, outrora, implicariam encontros conjuntos em um espaço físico e presencial compartilhado. Nada disso nos impossibilitou de realizar um ótimo trabalho e aprender com tal experiência.

## Referências

- ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J. & SANFORD, Nevitt. *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper & Brothers, 1950.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios - PDAD 2018**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>>. Último acesso em: 31 de maio de 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **On intellectual activism**. Filadélfia: Temple University, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flavia & LIMA, Márcia (Orgs.). São Paulo: Zahar, 2020.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- PAES *et al.* Escolas e a imaginação sociológica em tempos de pandemia. **Participação**, 34 (1), pp. 66-68, nov. 2020.

SALMERON, Roberto A. “Universidade pública e identidade cultural”. Tempo social. São Paulo, maio 2001, vol. 13, n. 1, pp. 9-26.

SEEDF. Censo Escolar. s.d. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/censo-escolar/>>. Último acesso em: 31 de maio de 2021.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION. **Communications**. Disponível em: <<https://rockfound.rockarch.org/communications>>. Último acesso em: 25 de maio de 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

UnBNotícias. **Pesquisa da Sociologia analisa condições do ensino remoto emergencial em escolas do DF**. 04/11/2020. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/117-pesquisa/4538-pesquisa-da-sociologia-analisa-condicoes-do-ensino-remoto-emergencial-em-escolas-do-df>>. Último acesso em: 25 de maio de 2021.